



Dinâmicas entre arte e a inclusão

João Guilherme Barreto Prandini Ricieri¹

joaoguilherme.4@gmail.com

Faculdade Anhanguera de Cascavel - FAC

Resumo: É considerável compreender os aspectos relacionados ao ensino da arte e a implementação de práticas e políticas voltadas à inclusão em escolas públicas regulares e os fatores atrelados a tal contexto, bem como o desenvolvimento sócio-cultural das práticas supracitadas e também da disciplina de arte, ambos historicamente segregados. A análise apresentada nesse trabalho intenta desvelar parcialmente as problemáticas enfrentadas por educadores e comunidade escolar no sentido de incluir realmente o aluno portador de deficiência e também, sensibilizar os leitores para a necessidade de transvalorizar os conceitos defasados que derivam de uma tradição histórica educacional classista, que a despeito das necessidades e transformações sociais privilegia práticas discriminatórias no âmbito escolar, intelectual e estético do ser.

Palavras-chave: Pedagogia; arte; inclusão.

Introdução

Em um passado recente na história da educação brasileira a secção entre o atendimento de discentes regulares e portadores de necessidades especiais era nítido: havia um rompimento metodológico e cultural entre as escolas regulares e instituições de ensino especial. Tanto social quanto educacionalmente, cada uma das parcelas supracitadas, pertencia a um segmento restrito, bem estipulado e praticamente imóvel, no cerne da sociedade capitalista. Sobre o assunto Beyer (2010) anui:

Até alguns anos atrás o quadro da educação especial encontrava-se muito claro. As crianças com deficiência eram atendidas nas escolas especiais, e as crianças ditas normais nas escolas regulares. Não havia praticamente qualquer situação de trabalho comum entre as escolas especiais, e as regulares. Os educadores especiais tinham seu lugar nas escolas especiais, e os professores com formação nas pedagogias e nas licenciaturas, nas escolas regulares. (BEYER, 2010, p. 11).

Não existe homogeneidade no tratamento metodológico tanto no que diz respeito aos alunos, quanto no que tange as atribuições da instituição escolar dita

¹ Graduando do curso de Artes Visuais pela Faculdade Anhanguera de Cascavel (FAC). Atua desde 2012 na arte-educação pelo município de Cascavel - PR, 2012 a 2014 Escola Municipal Aníbal Lopes da Silva, início de 2014 Escola Municipal Nicanor Schumacher e atualmente Escola Municipal Luiz Vianey Pereira. Participante do curso técnico de Computação gráfica oferecido pelo programa PRONATEC.



especial. Beyer (2010) aponta a causa do problema, segundo o autor o reposicionamento do portador de deficiência no mercado de trabalho e em outros setores sociais é um imperativo, “há pressões sociais no sentido da abertura de espaços, para que as pessoas com deficiência saiam de redutos segregados... e coloquem-se nos espaços comuns da sociedade, isto é, nas escolas regulares” (BEYER, 2010, p.11).

Nesse contexto, a utilidade e o sentido da educação especial passam a ser questionável, o profissional da educação se encontra em meio a uma mexonada de situações cujos aspectos dificultam sua prática. Tal questionamento nos revela uma transvalorização didática relacionada aos métodos de ensino da educação especial, ou seja, a uma alteração de perfil das instituições, a educação especial deixa de ser restrita e limitada a alguns espaços e passa a atuar em meio a escolas regulares. Não é mais o educando que procura o atendimento, mas sim os docentes que atendem o portador de deficiência e necessidades especiais em toda sorte de instituições de ensino.

Portanto, reconhecemos que a educação inclusiva, reservada às pessoas com necessidades educacionais especiais pode ocorrer não somente no espaço escolar como descrito acima, mas também em outros espaços não formais. Igualmente, sobre a multiplicidade e multifacetada educação inclusiva em todos os setores sociais Mazzotta (1982) anui que há ainda um terceiro espaço, que consideramos historicamente como repositório segregacionista de alunos portadores de deficiência, consequência da má utilização de tais recursos e mau preparo profissional por parte dos educadores que o utilizaram:

[...] posso dizer que a educação da “pessoa deficiente” ocorre, basicamente, de duas maneiras: uma, que é a via comum, ou seja, através dos mesmos recursos e serviços geralmente organizados para todos; e outra, que é a via designada como especial, mediante a utilização de auxílios e serviços especiais que não estão disponíveis nas situações comuns de educação. (MAZZOTTA, 1982, p.17).

De acordo com Oliveira (2009), a política de inclusão de alunos portadores de deficiências no ensino regular ocorre paulatinamente desde 1993, e têm como documentação basilar a *Política Nacional de Educação Especial(1994)* publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, bem como a *Declaração de Salamanca(1994)*,



resultado parcial de um encontro internacional entre líderes e ONGs, o qual abrange a inclusão de alunos especiais afirmando o direito de educação para os mesmos, a declaração ainda ressalta o dever das instituições para poder suprir as necessidades dos portadores de qualquer deficiência, o que nos faz argumentar sobre uma nova transvalorização sobre a educação especial em seu contexto sociocultural.

Relevância social da prática inclusiva

Para que haja de fato uma inclusão do aluno com deficiência, primeiro é necessário incluir o respeito junto às diversidades de cada sujeito. Assimilar o quanto preconceituoso é nossas atitudes seguidas da ação de separar os alunos com deficiência. Por muito tempo a sociedade julgava a deficiência como defeito principal, uma ação tão separatista que por muito prejudicou os alunos especiais. Para Mittler (2003) o principal erro ou defeito se encontra na própria sociedade, esta que por vez inferioriza a atitude social com múltiplos preconceitos modelando e influenciando diretamente a sociedade contemporânea e corroborando com o *status quo*. Sobre o assunto Manzini (2006) afirma:

De acordo com este modelo, o déficit individual deixa de ser visto como de responsabilidade única do indivíduo [...] envolvendo uma dinâmica interativa entre o sujeito e o meio onde vive, sendo, necessário, para tanto, que o seu processo educativo se dê num ambiente comum de ensino. (MANZINI, 2006, p. 17).

Contudo, uma dúvida aflige os teóricos e educadores junto à sociedade, os educadores junto às instituições de ensino estão preparados para receber estes alunos?, a *priori* reflete sobre uma aceitação de novos pensamentos, enquanto sociedade o sujeito passa por relações intrínsecas relacionadas à inclusão para podermos questionar os recursos pedagógicos, como a abordagem de avaliações e práticas de ensino mediado pelo contato de interações desempenhadas pelo docente. “Passa a ser reconhecido que não basta inserir fisicamente o educando na escola, é necessário modificar a escola para torná-la receptiva as suas necessidades.” (MANZINI, 2006, p. 17).

Quanto aos limites da inclusão é necessário que façamos uma ressalva teórica, não só os portadores de deficiência são deixados à da segregação, mas a classe



trabalhadora está sujeita a tal espoliação, no caso do portador de deficiência há um agravamento das circunstâncias que o impedem de integrar-se à sociedade e garantir minimamente educação e trabalho. O panorama atual nos permite vislumbrar outra perspectiva. A inserção paulatina dos portadores de deficiência nas escolas regulares possibilita uma ação pedagógica no mínimo inovadora no sentido de uma real inclusão tanto dos portadores de deficiência quanto dos demais alunos. Para tanto, Padilha (2006) afirma que: É necessário ter uma visão crítica de mundo; é saber-se capaz de entender que a história não acabou e ninguém deve fazer, por nós, a nossa história. (PADILHA, 2006, p. 49).

A relevância social da prática inclusiva pela arte

Ao relacionarmos práticas de ensino ofertadas pelo governo federal ocasiona um pensamento conceitual entre a atitude filosófica direcionada ao limite o quanto e quando o meu aluno estará interessado e envolvido no processo ensino aprendizagem. Para saber o quanto é preciso envolver o seu aluno e realizar o ato da inclusão na educação, dentro da disciplina de arte é de grande valia o educador integrado à sociedade perceber o valor e as influências positivas obtidas pelo ensino da arte.

No ensino de arte, relacionado à educação inclusiva apresenta o desenvolvimento de diversos aspectos, devido arte educação proporcionar ao educando uma realidade alternativa, ou seja, através da arte-educação, o docente tem a liberdade de interagir e envolver seu aluno especial ambos passam a fazer parte de uma segunda proposta social, onde o educando constrói sua criatividade, um agregado de práticas possibilitadas pela disciplina de arte, o aluno com deficiência é direcionado ao processo de desenvolvimento e evolução cognitiva. De acordo com Ferraz e Fusari (1993):

As aulas de arte constituem-se em um dos espaços onde as crianças podem exercitar suas potencialidades perceptivas, imaginativas ou fantasiosas. [...] Mas, para que isso ocorra é necessária a colaboração do outro, do professor, dos pais etc. sozinha ela nem sempre consegue atingir as diferenciações; muitas vezes sua atenção é dirigida as características não essências e sim as mais destacadas dos objetos. (FERRAZ e FUSARI, 1993, p. 57).



O grifo refere-se à importância da arte-educação nas práticas envolvidas com a educação inclusiva atentando ao desenvolvimento perceptivo e cognitivo do educando especial, um desafio para o desenvolvimento de novas habilidades. A ressalva quanto à prática educativa tomada em escolas inclusivas estaduais e municipais passa a ser uma atitude preconceituosa não apenas aos alunos deficientes, mas também imputa no que refere à arte-educação nas instituições de ensino.

Relações arte educação e inclusão

Quando o assunto em pauta se refere ao ensino da arte e a inclusão de alunos deficientes, é possível perceber certa falta de conteúdo por parte de alunos pesquisadores, certa ressalva é proporcionada pela desvalorização da arte educação no país. Com o passar dos anos desenvolve-se estudos prévios no contexto inclusivo da educação especial, estes estudos que começam a serem contemplados, impulsionam novas temáticas relacionadas a prática inclusiva da arte.

O docente deve compreender a arte-educação, utilizar e proporcionar os mais variáveis objetos da prática deste ensino, exemplo nas artes visuais o professor deve aproveitar as múltiplas ferramentas desta linguagem específica, como a pintura, construção de móveis, montagem, etc. descobrir seus valores, mostrar a seu aluno um novo mundo cultural e social, através da disciplina, ou seja, o docente deve mediar o ensino da arte preparando o seu aluno para novas conquistas cognitivas refletindo em uma nova percepção de mundo por parte do educando, sem duvidar de sua capacidade e habilidade. Segundo Suzana Rangel V. Cunha (2012):

[...] cada criança tem um modo e um ritmo próprio para vivenciar esses períodos, portanto devemos adequar nossas intervenções pedagógicas às particularidades de cada uma e às do grupo, respeitando as fantasias, buscas, descobertas e soluções. (CUNHA, 2012, p. 53).

Durante o desenvolvimento pedagógico e cultural do educando o professor sente a necessidade de entender a sociedade e sua diversidade. O conceito e o valor da disciplina de arte são inferiorizados, pelos profissionais da instituição de ensino, pela comunidade e alunos, o que dificulta ainda mais o trabalho dos educadores dentro da escola



Considerações finais

No intuito de reverter uma mentalidade excludente, nos dias atuais, se faz necessário a proliferação de pesquisas no sentido de aproximar toda sorte de disciplinas à temática da inclusão, não somente de deficientes físicos, mas também de autistas, dislexos e etc. Apontar a arte como disciplina fundamentadora desse processo é imprescindível, ora pela sua desvalorização histórica no âmbito escolar que igualmente deve ser revertida, ora pela insuficiência de interdisciplinaridade no que concerne às práticas inclusivas no espaço escolar e na sociedade.

A diversidade acentuada pelas políticas de inclusão nas escolas regulares, aventam o uso de recursos pedagógicos peculiares que não fazem parte do cotidiano e da formação do professor responsável pela disciplina de arte, por isso a prática do docente é comprometida tanto pela diversidade escolar, quanto pela precariedade de sua formação. Durante a análise pedagógica observamos a preocupação relacionada aos níveis de compreensão por parte do educando, a inclusão, portanto, passa a ser uma filosofia educacional baseada em princípios dinâmicos e pedagógicos.

Ao adquirir consciência filosófica o educador desenvolve inúmeras atitudes oriundas de valores e condutas relacionadas à personalidade e individualidade de seu educando, inicia-se então uma mediação direcionada a especificidade de seus alunos, visando envolver o sujeito em meio à diversidade.

Referências

BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre. Mediação. 2010. 3ª ed.

CUNHA, Suzana Rangel V. *As artes do universo infantil*. Porto Alegre. Mediação, 2012. 2ª Ed.

FERRAZ, Maria H. C. T.; FUSARI, Maria F. R.. *Metodologia do ensino de arte*. São Paulo. Cortez, 1993.

MANZINI, Eduardo José. *Inclusão e acessibilidade*. Marília. ABPEE, 2006.



MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Fundamentos de educação especial*. São Paulo. Pioneira, 1982.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos. In: JESUS, Denise Meyrelles de. *et al. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre. Mediação, 2009.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas e a inserção sócio-cultural do deficiente: a complexidade da proposta. In: MANZINI, Eduardo José. *Inclusão e acessibilidade*. Marília. ABPEE, 2006.